

## Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Universidade de Évora, Universidade Aberta e  
Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

### Resumo

Este artigo, de natureza teórica, é um ensaio em que se dão a conhecer os conceitos e a linguagem da construção científica da análise de redes sociais e os seus contributos para o debate sobre uma sociologia das redes sociais. Esta reflexão procura encetar uma discussão de contexto sobre os pressupostos que podem contribuir para o desenvolvimento de uma sociologia especializada onde impere a análise das redes sociais como forma de compreender a realidade social. A abordagem das redes sociais, o olhar das redes enquanto “novo” paradigma nas ciências sociais e humanas e algumas pistas para aplicação, são outros dos enfoques que compõem esta reflexão teórica.

Palavras-chave: redes sociais; sociologia; paradigma.

### Abstract

*Assumptions to construct a sociology of social networks*

This article, theoretical in nature, is a test in which they make known the concepts and language of scientific construction of social network analysis and their contributions to the debate on the sociology of social networks. This reflection seeks to initiate a discussion of the assumptions about the context that may contribute to the development of a specialized sociology where reigns the analysis of social networks as a way of understanding social reality. The approach of social networks, the look of the networks as "new" a paradigm in social sciences and humanities and some hints for application, are other approaches that make up this theoretical reflection.

Keywords: social networks; sociology; paradigm.

## Résumé

### *Principes pour la construction d'une sociologie des réseaux sociaux*

Cet article, de nature théorique, est un test dans lequel ils font connaître les concepts et le langage de la construction scientifique de l'analyse des réseaux sociaux et leurs contributions au débat sur la sociologie des réseaux sociaux. Cette réflexion vise à initier une discussion sur les hypothèses relatives au contexte qui peuvent contribuer au développement d'une sociologie spécialisée où règne l'analyse des réseaux sociaux comme un moyen de comprendre la réalité sociale. L'approche des réseaux sociaux, le regard des réseaux comme "nouveau" paradigme en sciences sociales et humaines et des conseils pour l'application, d'autres approches qui composent cette réflexion théorique.

Mots-clés: réseaux sociaux; sociologie; paradigme.

## Resumen

### *Supuestos para la construcción de una sociología de las redes sociales*

En este artículo, de naturaleza teórica, es un ensayo en que se dan a conocer los conceptos y el lenguaje de la construcción científica de análisis de redes sociales y sus contribuciones al debate sobre la sociología de las redes sociales. Esta reflexión pretende iniciar una discusión de los supuestos acerca del contexto que pueden contribuir al desarrollo de una sociología especializada donde reina el análisis de las redes sociales como una forma de entender la realidad social. El enfoque de las redes sociales, el aspecto de las redes como "nuevo" paradigma en ciencias sociales y humanidades y algunos consejos para su aplicación, hay otros enfoques que componen esta reflexión teórica.

Palabras clave: redes sociales; sociología; paradigma.

## **1. De que falamos, quando falamos de redes. Uma introdução**

Falar em redes, tal como falar em campo, sistema e estrutura, vai muito para além campo das várias ciências. Das ciências experimentais, passando pelas aplicadas até às sociais e humanas, deparamo-nos com uma multiplicidade de aplicações no uso dos conceitos, quadro que complexifica qualquer tentativa de clarificação dos mesmos, gerando uma certa polissemia concetual.

A conceção de redes é também polissémica e remete-nos para uma multiplicidade de sentidos e contra sentidos, quadro que se agudiza num contexto atual em que as redes sociais atravessam uma multiplicidade de ângulos e fenómenos sociais. O conceito de redes apresenta uma dinâmica descritiva e explicativa nos diferentes fenómenos sociais, razão pela qual é fundamental diferenciar a conceção de rede da

conceção de rede social. Apesar da tradição filosófica de cerca de uma centena de anos, na década de 90 do século XX, os estudos sobre redes passaram a beneficiar de uma multiplicidade de significados associados à globalização, sociedade da informação e cibercultura. Hoje, a rede remete-nos para uma conceção ampla, que decorre do uso em vários domínios: redes organizacionais, redes informáticas, redes virtuais, redes de comunicação, entre outras, num quadro de heterogeneidade condicionado pelo marco teórico e pelas opções metodológicas que nos ajudam a compreender a rede.

A trilogia de Manuel Castells (1999, 2000) foi uma das obras que mais contribuiu para a discussão em torno do conceito de rede na teoria social, partindo da globalização como objeto de análise. O argumento de Castells consubstancia-se na tese de que o capitalismo está cada vez mais articulado em redes mundiais de circulação de capitais e produtos, e que isso tem um impacto preponderante nas pessoas e no mundo. Segundo Castells, as redes são globais e as identidades, embora possam ser estimuladas pelo processo de globalização, são locais (Castells, 1999). Igualmente a massificação das redes sociais virtuais, que estamos a presenciar, remete-nos para um quadro de complexidade em que importa compreender a arquitetura das interações sociais que daí resultam.

Quando tratamos de redes sociais é indispensável um olhar com alguma acuidade para a Teoria das Redes Sociais, a qual beneficia dos avanços teóricos e metodológicos de várias ciências sociais. Resulta igualmente da consagração de várias correntes e linhas teóricas da antropologia, da psicologia, da sociologia e da matemática dos grafos, que sustentam a sua formalização enquanto «nova forma» de olhar a realidade social.

As redes sociais são, hoje, redes de comunicação e interação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder. Nos últimos anos surgiram como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, interações sociais, políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a explicar alguns problemas atuais. São a manifestação de uma nova forma de conhecer, pensar e concetualizar a realidade social.

Com influências do pensamento sistémico, as redes sociais dão origem a novos valores, a novas formas de pensar e a novas atitudes. Em 1954, pela primeira vez, tomamos conhecimento do conceito de rede social (*social network*), por intermédio do antropólogo britânico Jonh Barnes (1987), que analisou a importância da amizade, do parentesco e da vizinhança como relações informais e interpessoais na estruturação e na

integração dos pescadores de uma pequena comunidade. Para Barnes a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam em teias de relações.

O que distingue as redes sociais das redes espontâneas e naturais reside na intencionalidade dos relacionamentos e nos objetivos comuns estabelecidos entre os elementos que nelas interagem. Contudo, apesar destas características especiais, a forma de operar das redes sociais traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos. Todavia, o conceito de redes sociais tem sido utilizado nas ciências sociais e humanas de diferentes modos e sentidos. Num sentido mais metafórico, refere-se a uma conceção da sociedade como sendo construída por redes de relações interpessoais ou intergrupais. A noção de redes é também usada como instrumento de análise de redes e conexões, sendo mapeadas e classificadas no seu número, intensidade e qualidade de nós.

Se nos reportarmos a um exame histórico sobre os desenvolvimentos empíricos, teóricos e matemáticos que se têm produzido na investigação sobre redes, deveríamos convencer o leitor de que a análise de redes sociais cobre muito mais aspetos do que um vocabulário intuitivamente sedutor, uma metáfora ou um conjunto de imagens destinadas a dar conta das relações sociais, dos comportamentos, das políticas ou das economias (Wasserman e Faust, 1998).

Para Mercklé, a análise de redes sociais “não é uma técnica que procura simplesmente proceder a uma descrição das estruturas sociais, uma espécie de ‘sociografia’ do mundo social” (2004: 93). Por outro lado, Molina (2001) defende que a análise de redes sociais é uma técnica que permite fazer um diagnóstico sobre uma determinada situação, como por exemplo um território, numa lógica macro ou micro. Assim, para o autor, a análise de redes sociais é também uma ferramenta que possibilita ao investigador localizar estruturas dentro de redes e construir novas perguntas e respostas.

A análise de redes sociais parte de um postulado clássico que define a dimensão coercitiva dos fenómenos sociais e que define uma aproximação sociológica depois de Durkheim. Este postulado procura as causas dos factos sociais nas características dos desenvolvimentos estruturais em que eles se inserem. A forma das redes pode ser tomada como um fator explicativo dos fenómenos sociais analisados porque, por exemplo, determina a acessibilidade de alguns recursos sociais, como o prestígio, a amizade, o poder, etc.

Esta lógica de rede assume-se como uma espécie de variável contextual de elevada complexidade em que, partindo do contexto (estrutura), se procuram

explicações para os fenómenos, numa espécie de rutura com as análises sociológicas ditas tradicionais.

Para Molina (2001) a análise de redes sociais centra-se no estudo das relações estabelecidas entre um conjunto definido de elementos (pessoas, grupos ou organizações), separando-se das análises sociológicas tradicionais que se centram sobretudo nos atributos destes elementos.

Mitchell, citado por Mercklé, refere que a rede se assume como um “conjunto particular de interligações (*linkages*) entre um conjunto limitado de pessoas, com a propriedade suplementar que as características dessas inter relações consideradas como uma totalidade, podem ser utilizadas para interpretar o comportamento social das pessoas implicadas” (Mercklé, 2004: 93).

Para Degenne e Forsé (1994) a análise de redes sociais distancia-se da análise sociológica tradicional, sobretudo ao nível das aproximações funcionalistas, para uma corrupção “formal” do determinismo social. O constrangimento exercido pelas estruturas sobre os indivíduos é um constrangimento débil, o qual torna o indivíduo livre dos seus atos. Porém, importa sublinhar, na linha do que defende Mercklé (2004), que a ambição da análise de redes sociais não é somente perceber os “efeitos” das estruturas sobre os comportamentos, mas também perceber os efeitos dos comportamentos sobre as estruturas sociais onde se desenvolvem as interações.

Como é que as estruturas estáveis se cristalizam de forma a produzir estruturas sociais estáveis? De uma forma quase consensual, os autores mais referenciados na análise de redes sociais partem de hipóteses sobre a racionalidade do comportamento relacional dos atores sociais, sem os quais parece não ser possível explicar a emergência das estruturas sociais (Langlois, 1977; Wippler, 1978; Coleman, 1988; Burt, 1992; Flap, 1997; Forsé e Langlois, 1997; Mercklé, 2004).

Na sociologia, particularmente na teoria dos grafos, procura-se analisar a dinâmica do grupo em função das relações que os seus membros estabelecem entre si. Esta análise estrutural fornece indicadores que permitem identificar algumas propriedades do grupo ou até mesmo caracterizar a influência que cada indivíduo ocupa no grupo. Porém, apesar da simplicidade desta equação, há ainda uma certa agitação teórico-concetual na construção de um objeto sociológico para uma denominada sociologia das redes sociais. Este artigo, de natureza teórica, procura encetar uma discussão de contexto sobre os pressupostos que podem contribuir para a construção de uma sociologia das redes sociais. Os pressupostos da abordagem das redes sociais, o

olhar enquanto “novo” paradigma nas ciências sociais e humanas e os pressupostos para a sociologia das redes sociais são alguns contributos para o encetar reflexão teórica, num contexto em que as redes sociais assumem uma função multifacetada.

## **2. Redes sociais. Contextos e tendências**

O conceito de redes sociais abarca em si mesmo um conjunto de correntes provenientes de várias disciplinas como a antropologia, a sociologia, a psicologia e a matemática dos grafos (Fialho, 2008). A análise de redes sociais tem a sua origem em teorias antropológicas (funcionalismo estrutural britânico), psicológicas (*Gestalt*) sociológicas (sociometria e estruturalismo funcional norteamericano) e em teorias matemáticas, como a teoria dos grafos.

Os conceitos fundamentais numa rede social são os atores, os nós e as ligações que nos permitem, através da visualização gráfica, uma radiografia da estrutura social. Para Requena Santos trata-se de “uma via muito interessante de explicação da realidade social” (2003: 3). Um ator pode ser uma pessoa, um grupo, uma empresa, ou seja, qualquer unidade social, enquanto uma ligação é a conexão entre dois atores. Ao conjunto dos atores e as suas ligações chama-se grupo e são denominados subgrupos quando os atores e respetivas ligações são parte ou subconjunto do grupo. Ao conjunto de ligações de um tipo específico entre os membros de um grupo chama-se relação.

Do ponto de vista da evolução cronológica, a gênese das redes sociais remete-nos para os anos 30 do século XX, tendo sido movida pelo interesse de estudar as relações sociais em pequenos grupos sociais. Psicólogos alemães da *Gestalt* abandonaram o seu país para se instalarem nos Estados Unidos da América, onde desenvolveram várias linhas de investigação. Kurt Lewin estudou o conceito de “distância social”, bem como a sua representação gráfica e formalização matemática. Moreno desenvolveu sociometria, não como uma técnica mas como um paradigma. Fritz Heider defendeu o pressuposto de que uma rede de relações interpessoais se deve reger pelo “equilíbrio” ou “balanço” (Molina, 2001; Fialho, 2008; Silva, Fialho e Saragoça, 2013). Esta ideia foi retomada, em 1965, por Harary, Norman e Cartwright, com a aplicação da análise de grafos à análise social.

Um dos alunos australianos de Radcliffe-Brow, o antropólogo Lloyd Warner deslocou-se para Harvard, em 1929, para desenvolver um trabalho de investigação científica com o seu colega Elton Mayo, psicólogo social. Ambos participaram nos

estudos de Hawthorne, desenvolvidos na Western Electric Company de Chicago. Estes estudos tinham como principal objetivo a identificação da influência dos aspetos psicológicos e sociais no rendimento dos trabalhadores. Estes estudos foram realizados com muito rigor e durante muitos anos, com múltiplas experiências interessantes para o quadro da teoria organizacional, psicologia social, sociologia e antropologia. Destes estudos sublinha-se para a análise de redes sociais a identificação de subgrupos (cliques) no sistema de relações sociais.

Entre vários ganhos, os estudos de Hawthorne vieram possibilitar a identificação de cliques, conjuntos de pessoas com laços informais que explicam a sua conduta no quadro do seu trabalho. Mesmo sem recorrer a Moreno, foram desenvolvidos sociogramas que procuraram evidenciar claramente a existência de alguns agrupamentos de pessoas.

Warner abandonou o estudo antropológico que estava a realizar numa organização para canalizar os seus esforços para o estudo de uma pequena cidade de New England City, em Newburyport (conhecida como *Yankee City*). Regressou a Chicago para se reagrupar a Radcliffe-Brown, onde iniciaram e desenvolveram o estudo das comunidades do sul dos Estados Unidos. Estes estudos defenderam a tese de que não só existem relações entre pessoas, mas também os grupos de que estas fazem parte articulam-se entre si, numa complexa rede de relações que explica a integração global no sistema social. Por influência destes investigadores passou-se a ter em conta as matrizes que relacionam pessoas e situações, grupos e classes sociais.

Também a análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco de Claude Lévi-Strauss, na década de 40, conduz-nos à importante noção de que “a ideia de rede social é orientada para a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que ultrapassam os limites dos grupos e categorias” (Fialho, 2008: 185).

Igualmente, em 1954, o conceito de rede social foi utilizado pela primeira vez pelo antropólogo britânico John Barnes, que através da análise das relações entre pescadores de uma pequena comunidade, considerou que a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam numa teia de relações (Fialho, 2008; Molina, 2001).

Os anos 50 e 60 foram caracterizados por inúmeras investigações que identificam a escola de Manchester como um marco essencial para a génese das redes sociais. Entre vários investigadores destacam-se os nomes de: John Barnes, que em 1954 foi o primeiro investigador a utilizar o termo rede; Elisabeth Bott e os seus

trabalhos “Família e Rede Social”, que introduz o termo “conectividade”, em 1955; e por fim, Clyde Mitchell que, em 1969, advoga que a análise de redes sociais possibilita uma visão complementar à visão tradicionalmente instituída. Entre os contributos desta escola contam-se ainda os de Kapferer, a quem pertence o conceito de “multiplicidade”, ainda hoje utilizado em análise de redes sociais, bem como o contributo de Mayer, através da introdução dos “vínculos fortes e vínculos débeis”.

Em meados dos anos 70, Harrison White com o seu grupo de Harvard – Lorrain, Boorman, Breiger e Levine –, desenvolve modelos matemáticos das estruturas sociais. Daqui resultou a conceção de medida de equivalência estrutural, marcando decisivamente o quadro da investigação da análise de redes sociais, possibilitando também uma rutura com a sociometria clássica, isto é, a passagem da relação entre os atores para a relação entre as posições estruturais. Quase simultaneamente, Ronald Burt, na Universidade de Chicago, expandia uma nova técnica que tinha também por base o mesmo objetivo: enquadrar os atores em categorias semelhantes ou distintas, de acordo com as relações semelhantes ou distintas que mantinham na rede. Estes avanços foram decisivos: a interação dos atores conduz até à definição das posições do sistema social; a partir da relação entre essas posições à estrutura do todo. Com este passo, a análise de redes deixa de se circunscrever única e exclusivamente ao processo de análise de pequenos grupos e de redes ego-centradas em benefício da análise de situações macroestruturais. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de um instrumento que permite identificar as posições e explicar os comportamentos em situações sociais que aparentemente tinham uma estrutura subjacente, tais como movimentos sociais, associações voluntárias e subculturas marginais.

Na linha da explicação das posições e comportamentos sociais, a teoria do ator rede (ANT)<sup>1</sup>, de Law (1999), Latour (2005) e Callon (1999), que, apesar de alguma controvérsia no quadro da sociologia crítica, veio enfatizar a ideia de que os atores, humanos e não humanos, estão sistematicamente ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais. Trata-se, aqui, nas palavras de Law (1994), de uma sociologia de verbos e não de uma sociologia de nomes. Conceitos como nível, camada, território, estrutura, sistema, entre outros, recorrentemente utilizados no quadro das ciências sociais, não são compreendidos como determinações, que estariam “por trás” dos processos empíricos analisados. A teoria do ator-rede foi construída à luz de uma

---

<sup>1</sup> Do acrónimo em inglês, *Actor-Network Theory*.

perspetiva construtivista e sustentada nos conceitos de “tradução e rede” e de dois dos princípios preconizados por Bloor (1976): o “princípio de imparcialidade”, em que não devemos conceder um privilégio àquele que conseguiu a reputação de ter ganho e de ter tido razão face a uma controvérsia científica; e o “princípio de simetria”, em que os mesmos tipos de causas podem explicar as crenças verdadeiras e as crenças falsas, contribuindo para a compreensão do conceito de rede no quadro da sociologia contemporânea.

A teoria do processo e da figuração de Norbert Elias (1994) sustenta-se na relação funcional da interdependência recíproca que se estabelece entre os indivíduos que vivem em sociedade. Elias ultrapassa o campo das dicotomias já determinadas, na medida em que estabelece, *a priori*, uma relação de interdependência entre o indivíduo e a sociedade. Esta perspetiva pretende construir modelos de análise e descodificar, a longo prazo, as alterações nas estruturas sociais, de forma a que se possa visualizar o sentido do seu curso. Outro contributo deste modelo concetual, além da noção processual, é a ideia de figuração, assente na compreensão das organizações sociais (família, escolas, cidades, estratos sociais) como sendo formadas pelas relações de interdependência entre os indivíduos. No processo de figuração são analisadas as dinâmicas das inclinações individuais que levam várias pessoas a agruparem-se e formarem uma sociedade. Nesta linha, os sentimentos e os padrões de comportamento individual são tidos em consideração com a análise da macroestrutura social.

Em Elias (1994) e Latour (2005) é possível sustentar a ideia que não estamos sozinhos nem afastados do mundo e que estamos ligados por uma teia de interdependências que formam uma rede. Com esta lógica de rede de interdependências de Elias, e com a rede de associações entre humanos e não humanos de Latour, o papel que desempenham a trajetória dos sujeitos e a ambivalência e a interdeterminação no fluxo da ação desaparecem.

Esta lógica da interdependência e da rede de associações preconizadas por Elias e Latour, enquadra-se numa linha de complementaridade com a “liberdade dos atos” de Goffman (2003). Isto é, a proposta de análise dos padrões de interação de Goffman insere-se numa linha da sociologia que procura pensar a sociedade a partir dos vínculos entre espaço e vida social. Na sua obra, o autor procura estabelecer, por um lado, uma análise sociológica que visa conhecer o mundo social ainda pouco conhecido por parte da sociologia, ou seja, manicómios, prisões e conventos, os quais designou de instituições totais. Por outro lado, procurou também analisar o comportamento dos

atores sociais nos lugares públicos onde o indivíduo beneficia de uma certa “liberdade” na prática dos seus atos. Esta perspetiva analítica desvenda que, nesses locais, evoluem formas de interação entre atores sociais que procuram, de várias formas, manter a estruturação do eu (*self*), enquanto elemento inserido dentro de um contexto social.

Numa linha mais formalista das interações sociais, os analistas de redes sociais dos anos 80 sustentam um grande *boom* no desenvolvimento da análise de redes sociais. Entre estes avanços, destacam-se: o conceito de autonomia estrutural de Burt (1992) e de *embeddedness*, em Granovetter (1973); o conceito de capital social desenvolvido por Coleman (1988) e Granovetter (1973), entre outros; os trabalhos de Marsden e Lin (1992), Friedkin (1984), Burt (1992) e Valente (1995), que sustentam uma visão mais dinâmica da análise de redes, pois postulam a *Social Network Analysis* como canais que os atores utilizam para influírem nos comportamentos de outros.

A partir dos anos 80, a análise de redes sociais começou a ganhar maior protagonismo, principalmente devido aos avanços no campo da matemática e da estatística, bem como aos avanços técnicos da área da informática, com a consolidação de aplicações para mapeamento da estrutura social. A divulgação científica através de revistas *on-line*, a criação da organização profissional INSNA (*International Network for Social Network Analysis*), a realização de conferências e congressos da especialidade (*Sunbelt*), a dinamização de revistas temáticas (*Connections*, *Journal of Social Structure*, *Social Networks*, *Revista Redes*), a par da coleção especializada dirigida por Mark Granovetter na *Cambridge University Press*, são marcos na consolidação da análise de redes sociais enquanto metodologia científica.

Atualmente a análise de redes sociais é aplicada nas disciplinas de origem, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a matemática dos grafos, como também em áreas como a ciência política, a economia, a física, a biologia e a informática, entre outras.

Do ponto de vista da investigação podemos encontrar dois tipos de estudos. Por um lado, o estudo da “rede total”, no qual o investigador estuda os laços de todos os atores que compõem o universo em estudo; e, por outro lado, as redes “egocêntricas”, em que o ponto de partida é o indivíduo (ego) que se encontra no centro da rede. Este tipo de estudo assume uma maior preponderância em temas como a integração social, o acesso a recursos e a estrutura de interações de um dado indivíduo.

Em Portugal, contudo, “a investigação em análise de redes sociais ocupa ainda um lugar muito modesto o que, comparativamente com países como Espanha e França,

não assume grande expressão” (Fialho, 2008: 21). Destacam-se apenas alguns trabalhos: Varanda (2000, 2005), Portugal (2005, 2007) e os trabalhos de Silva, Fialho e Saragoça (2013), concretizados no livro *Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos práticos e procedimentos com Ucinet*.

### **3. Um novo paradigma nas ciências sociais? Ou uma metodologia de corte com as lógicas tradicionais de investigação social?**

Para Kuhn (1972) o paradigma refere-se àquilo que é partilhado por uma comunidade científica, uma forma de fazer ciência, uma matriz disciplinar. Por outro lado, um paradigma é um conjunto de soluções de problemas concretos, uma realização científica estruturada que fornece os instrumentos conceptuais e instrumentais para a solução de problemas. O paradigma é uma conceção de mundo que engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação.

Pensar a análise de redes sociais como um novo paradigma nas ciências sociais é um exercício arrojado mas, simultaneamente, um enorme desafio do ponto de vista da sua sustentação teórico-metodológica. Porém, há um enorme campo de divergência de pontos de vista, apesar da interseção de alguns elementos. Todavia, desde os finais da década de 90 que diversas obras vêm defendendo a emergência de uma nova “*ciência das redes*” (Watts, 2003), que usa o conceito como forma de apreender as interconexões do mundo contemporâneo. Como já foi referido anteriormente, nas ciências sociais, a análise das redes tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. Os pioneiros dos estudos das redes sociais chegam-nos da sociologia, da psicologia social e da antropologia, os quais procuravam soluções para problemas teóricos e empíricos que os investigadores não conseguiam resolver à luz dos quadros conceptuais dominantes nas suas disciplinas.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica e abriu caminho a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. Os sinais do seu dinamismo e da sua consolidação institucional, já descritos anteriormente, em muito contribuíram para a manutenção de uma discussão em torno desta “nova” forma de compreender e de decodificar a realidade social como se de um novo paradigma se tratasse no quadro das ciências sociais e humanas.

Mitchell (1974) questiona pela primeira vez se a análise de redes sociais constitui uma nova teoria sociológica. Trinta anos depois, na sua obra *Sociologie des réseaux sociaux*, Mercklé (2004) retoma a discussão e lança a questão: “Será a análise de redes sociais realmente um novo paradigma sociológico?”. Para este sociólogo francês, a análise das redes sociais não é uma mera técnica que procura unicamente proceder a uma descrição das estruturas sociais, uma espécie de “sociografia” do mundo social. Por outro lado, Molina (2001) sustenta que a análise de redes sociais é uma técnica que permite fazer um diagnóstico sobre uma determinada situação, numa lógica macro ou micro, sendo também uma ferramenta que possibilita ao investigador localizar estruturas dentro de redes e construir novas perguntas e respostas (Fialho, 2008). Num outro extremo da discussão, Berkowitz (1982) advoga que a análise estrutural de redes sociais é um novo paradigma e que trouxe uma revolução científica, pelo facto de ter vindo a desenvolver uma nova linguagem entre especialistas, possibilitando a comunicação entre eles de forma não ambígua.

Apesar desta dicotomia entre metodologia e paradigma, creio que catalogar a análise de redes sociais como uma simples metodologia matemática e estatística ao serviço da representação das estruturas sociais é contribuir para um certo reducionismo desta categoria sociológica e, simultaneamente, restringir as potencialidades que lhe estão inerentes. Objetivamente há um corpo metodológico consolidado; há uma consolidação teórica com epicentro nos anos 70, sobretudo por ação dos trabalhos teóricos de Mark Granovetter em torno dos laços fortes e fracos nas redes sociais, bem como os de Burt (1992), Wellman (1983 e 1988), Degenne e Forsé (1994), entre outros.

Segundo Sílvia Portugal (2005), na teoria sociológica não existe um paradigma dominante, sendo visível, por outro lado, que o próprio campo interno da disciplina não é constituído por uma teoria “unificada” (Portugal, 2005).

Em suma, assumir a análise de redes sociais como mais uma metodologia no quadro das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, é estabelecer um certo reducionismo míope e negar os avanços (mais que recuos) em termos de consolidação teórica. Falar em teoria das redes é indiscutivelmente uma fase da discussão consolidada. Apelar ao reducionismo aqui referido é negar a evidência. Pensar na análise de redes sociais como um novo paradigma nas ciências sociais e humanas é para já abusivo, atendendo a que não se verifica uma hegemonia face a outras correntes que deambulam no quadro da ciência social. Aliás, a própria ciência social é feita de contradições, ambições e complementaridade em torno de várias

questões teóricas. Pensar o conceito de rede social como uma categoria da análise sociológica é naturalmente um pressuposto que beneficia de um relativo consenso, sobretudo quando se trata de radiografar a estrutura social com um nível de aproximação muito significativo.

#### **4. Para uma sociologia das redes sociais**

É hoje profundamente consensual o reconhecimento da sociologia como ciência. A afirmação metodológica, a consolidação do(s) objeto(s) de estudo e multiplicidade de perspetivas teóricas que fundamentam o campo social permite-nos, com alguma certeza e sem ambiguidades, o reconhecimento da sua cientificidade. Porém, toda a ciência é feita de avanços e retrocessos. Todavia, a complexidade inerente à fundamentação do rigor e da objetividade sociológica é hoje, mais do que nunca, um ponto que nos remete para uma crise feita de uma mescla de objetos sociológicos, proveniente das várias sociologias especializadas. Pensar numa sociologia das redes é uma tarefa árdua, atendendo às hesitações que encontramos na dificuldade de definir o seu objeto. É esse o desafio.

Elias (1994) sustenta que o objetivo central das ciências sociais é observar o processo de interação entre os indivíduos, na medida em que considera a interdependência entre as ações singulares e as ações plurais no círculo societário. Deste modo, para os analistas de redes sociais, a unidade de análise nos estudos de rede não se baseia unicamente na avaliação do conjunto de indivíduos autónomos, mas na possibilidade de apreensão dos elementos que os unem, que os isolam e que os interligam em torno de características que lhe são próprias. Tal como Elias, também Durkheim e Mauss pretenderam desenvolver nos seus trabalhos este conceito, ao estudar os grupos sociais como unidades interdependentes para superação da dualidade de interpretações (ação e estrutura) que tem dominado o pensamento social.

No quadro dos analistas de redes sociais ou até mesmo para os sociólogos analistas de redes sociais, o ponto de partida é complexo. Se, por um lado, Simmel é visto como o principal fundador das lógicas e fórmulas que sustentam a análise de redes sociais, enquanto processo descodificação das estruturas que emergem das interações sociais, por outro lado, há uma outra linha que coloca em Moreno e a sua sociometria, nos anos 30, como o ponto de partida para a análise de redes sociais. Este último ponto de partida é aquele que parece mais consistente e consensual entre os analistas de redes

sociais. Por um lado, ao contrário de Moreno, o trabalho de Simmel não utiliza o conceito de rede, excetuando o trabalho do seu aluno Leopold Von Wiese (1932). Por outro lado, a representação gráfica da estrutura social iniciada com Moreno, coloca-o num patamar de maior relevância na construção da teoria das redes. Contudo, este destaque não é uma refutação da lógica simmeliana no campo das redes sociais, antes pelo contrário.

Para o sociólogo Michel Forsé (2002), um dos contributos de Simmel reside num simples ponto metodológico, em que a relação entre dois elementos constitui uma forma sociológica. Na linguagem das redes, esta relação designa-se por “díade” e caracteriza-se por uma unidade relacional elementar. Porém, é meramente redutor pensar no termo de rede como uma mera ligação entre atores. Segundo Nadel (1957), se assim fosse, para nos reportarmos à ligação entre pessoas já tínhamos o termo relação. As consequências da ligação entre um par de nós (ou atores) pode afetar de forma significativa o par adjacente, muito para além da simples ausência ou existência de relação. Deste modo, a díade, tal como as tríades, constitui-se como uma escala de observação que nos permite uma compreensão das relações que vão muito para além da simples métrica. Há consequências, influência, associação e interdependência entre as relações, em detrimento da lógica aditiva da relação e em benefício de uma lógica combinatória que nos permite estudar as estratégias de coalizão, mediação e transitividade das relações.

A construção de modelos teóricos na análise de redes sociais com o objetivo do distanciamento dos modos substancialistas de conhecimento do social já vem do século XIX, com os contributos de Durkheim, Marx, Simmel, entre outros. Para Simmel (2002), por exemplo, os grandes sistemas e organizações supraindividuais eram considerados como uma consolidação das interações imediatas produzidas ao longo da vida dos indivíduos, não possuindo existência prévia em relação aos sujeitos sociais. A sociedade não se constitui como uma substância, algo concreto em si mesmo, mas como um acontecer. São os processos de “sociação” e não a sociedade em si mesma o foco privilegiado da análise (Simmel, 2002). Esta abordagem distancia-se da lógica do substancialismo que caracteriza, e de certa forma ainda se vai perpetuando, no pensamento das ciências sociais nas múltiplas vertentes. Esta perspetiva pode ser vista em dois tipos de abordagens. Por um lado, nas abordagens individualistas como, por exemplo, a teoria da escolha racional; e, por outro, nas abordagens holistas, referenciadas em diferentes tipos de unidades pré-construídas: grupos, nações,

sociedades, estruturas ou sistemas sociais. Contudo, nestas duas abordagens, o social é considerado como sendo constituído por entidades autorreguladas e autodeterminadas, tomadas como chave explicativa dos fenómenos sociais. Uma segunda vertente do substancialismo define os agentes sociais pelas suas características intrínsecas, descritas a partir de um conjunto diferenciado de atributos ou variáveis, cuja incidência, de forma isolada ou combinada, vem decifrar o comportamento das entidades analisadas (Emirbayer, 1997).

Se, por um lado, Barnes introduziu o conceito de “rede social” na análise social, é Milgram que desenvolve o primeiro esforço para demonstrar empiricamente algumas das intuições da rede. Estas intuições vão ao encontro da sociologia formalista simmeliana que não se deve centrar exclusivamente no nível microssociológico (indivíduo), nem no macrossociológico (sociedade no seu conjunto), mas nas formas sociais que resultam das interações entre os indivíduos: nível mesosociológico. Esta sociologia das formas de ação recíproca de Simmel (2002) é, para Forsé (2002), uma ciência das estruturas das relações sociais.

Na sociologia, a análise de redes sociais está configurada pela influência de várias correntes com orientação metodológicas e epistemológicas diferenciadas. Com alguma regularidade, encontramos o conceito indexado a uma metodologia, técnica estatística e/ou matemática enquanto que, no oposto, encontramos uma utilização normativa, ética e valorativa do termo. De qualquer forma, qualquer uma destas posições extremadas, alimenta uma falta de consenso que em muito poderia contribuir para uma consolidação das redes sociais como categoria nuclear no quadro da sociologia em particular e da teoria social em geral.

Pela influência do pensamento sistémico, as redes dão origem a novos valores, novas formas de pensar e, conseqüentemente, a novos comportamentos e atitudes. Face aos vários progressos na interpretação das redes sociais, a atual emergência de novos valores e de novas formas de pensar está intimamente associada ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, às inovações e às novas descobertas do pensamento científico. O que distingue as redes sociais das redes espontâneas e naturais são os objetivos comuns estabelecidos entre os atores que interagem nessa rede e a intencionalidade dos relacionamentos. O conceito de rede surgiu a partir do estudo dos sistemas vivos e a forma de operar das redes sociais traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos.

Todos os seres vivos compõem ecossistemas dinâmicos, que integram uma paisagem. Nesse ambiente, as suas vidas entrelaçam-se numa teia de relações caracterizadas por cooperação, competição, predação, simbiose ou parasitismo. Esse sistema interligado e delicadamente equilibrado fornece alimento e abrigo, bem como regulação de energia e reprodução. Cada membro da comunidade tem um papel essencial para manter essa rede em equilíbrio. Na natureza não existem hierarquias, somente redes dentro de redes; não existem partes independentes, mas uma teia inseparável de relações. A capacidade de operar sem hierarquia parece ser, assim, uma das mais importantes propriedades distintivas da rede.

O homem é um ser gregário; desde os tempos mais remotos que sente necessidade de se agrupar, de trabalhar e viver em conjunto e, portanto, de viver em relação. As redes são maneiras de apresentar, visualizar e/ou investigar relações entre esses indivíduos. Alega-se que as redes sociais são modos de representação de estruturas sociais. Esse conceito só passa a ser inteligível se admitirmos que a “estrutura” é conhecida pelas configurações recorrentes das relações entre os indivíduos. Assim, a rede é “anterior” ao grupo em termos ontológicos, portanto, o grupo é um fenómeno que ocorre na rede. Ao invés de dizer que redes são formas de representação de agrupamentos, seria adequado dizer que agrupamentos são configurações de rede. A ideia de que os atores sociais determinam o comportamento da sociedade quando se agrupam de uma determinada maneira decorre de uma incompreensão da rede, ou seja, de uma incompreensão de que o ‘ator’ é produzido pela tal estrutura social, isto é, pela rede. É importante referir que os indivíduos não são atores se não interagirem; e quando interagem já são rede.

Quando se agrupam, segundo Recuero (2006), não o fazem somente a partir de supostas escolhas individuais, baseadas nas suas características distintivas, visto que já estão sob o influxo da dinâmica de rede. Os seres humanos são seres sociais, exibem as suas qualidades intrínsecas numa encruzilhada de fluxos e identidades que se formam a partir da interação com outros indivíduos. Deste modo, a pessoa funciona como um *continuum* de experiências e de relacionamentos e comporta-se como um ator nevrálgico, por estar imersa num ambiente de constante interação, a qual influi na sua estruturação individual.

Existem diversas razões que contribuem para a composição das ligações, as quais têm origem na diversidade de papéis que o indivíduo assume, como participante de um grupo. Esta perspetiva é partilhada por Boissevain (1979), o qual defende que o

conceito sociológico de papel corresponde às normas e às expectativas que se aplicam à pessoa que ocupa uma determinada posição. Através dos papéis desempenhados, o indivíduo entra em contacto com outros para partilhar atividades de interesse comum. Boissevain (1979) sustenta ainda que a estratificação dos papéis desempenhados pelos indivíduos ajuda a categorizar o tipo de relação.

Na atualidade o debate sobre redes sociais ocupa um lugar estratégico na construção e invenção de novos instrumentos teóricos, capazes de aprender a realidade social e a construção da sociabilidade, expressando a complexidade das relações e interações presentes nos processos que estruturam as relações sociais (Fontes e Martins, 2004; Molina, 2001; Silva, Fialho e Saragoça, 2013). Defendido pelos referidos autores, o debate sobre redes sociais responde às exigências de complexidade da teoria social, na medida em que parte de múltiplas necessidades práticas ligadas ao desenvolvimento de novas metodologias de intervenção e participação social, colocadas pelas políticas públicas e movimentos sociais, configurando-se como um instrumental de análise e construção da nova ordem social.

Em suma, perante as rápidas mudanças sociais, e em especial com a transformação qualitativa nas formas de relação, o estudo das redes adquire importância e interesse acrescidos, pois poderá aportar contributos para melhor compreendermos e decodificarmos a vida em sociedade no presente. Esta metamorfose no quadro de uma perspetiva teórico-metodológica das redes permite focalizar a compreensão do “mundo da vida” (Habermas, 1981), em que as práticas sociais se deslocam do sistema formal (Estado, mercado e ciência), incorporando um fenómeno complexo que poderá abarcar múltiplos aspetos da vida social.

### **Notas finais**

Não há consenso sobre este novo paradigma nas ciências sociais. Para Berkowitz (1982), a análise estrutural de redes sociais é um novo paradigma que veio desenvolver uma “revolução científica”, sobretudo pelo facto de ter vindo a desenvolver uma nova linguagem entre especialistas, a qual permite comunicar entre eles de forma não ambígua. Numa linha mais moderada, também Degenne e Forsé (1994) sustentam que a análise estrutural se encontra em vias de se constituir como um verdadeiro paradigma. Porém, tal como já foi referido anteriormente, considerar a análise de redes sociais como um novo paradigma nas ciências sociais é excessivo, mas falar nela apenas como

metodologia para decompor a estrutura social é limitativo. Assim sendo, a linha de Degenne e Forsé parece ser a mais adequada ao momento: está em vias de se constituir enquanto paradigma, mas a sua hegemonia enquanto corrente do pensamento social ainda carece de uma colossal consolidação.

Porém, a linguagem especializada que sustenta a análise de redes sociais e alimenta o discurso de uma “espécie de elite” de cientistas sociais que vão regularmente criando novos métodos e técnicas de análise das estruturas sociais, dá corpo a uma panóplia de novas técnicas e teorias de análise e compreensão dos fenómenos sociais. Todavia, esta linguagem especializada tem funcionado como um obstáculo a novos cientistas sociais que, numa zona de conforto, se mantêm nas análises sociológica ditas tradicionais.

Pensar na análise de redes sociais como uma simples metodologia estatística ou matemática é reduzir as suas potencialidades, no quadro de um conjunto de potencialidades que podem ser usufruídas pelos sociólogos. No caso da análise estrutural já podemos encontrar um corpo metodológico sólido e sofisticado que beneficia da acumulação de trabalhos realizados, sobretudo durante e após os anos 70.

Além das demarcações anteriores, a análise de redes sociais é indiscutivelmente uma enorme ferramenta teórico-metodológica para a sociologia, um quase paradigma nas ciências sociais, que permite, de uma forma estratégica, uma compreensão muito elaborada sobre os significados das interações sociais nos mais diversos contextos. Permite ao sociólogo uma integração na sua análise de diferentes perspetivas (individuais e coletivas) sobre as relações estabelecidas não só entre os atores, como também entre os atores e os sistemas em que estão integrados.

Outro dos méritos atribuídos à análise de redes sociais é ter colocado no centro da análise as relações sociais entre atores, as quais se constituem como unidade de análise. Com alguma frequência encontramos na sociologia atual o termo redes sociais sem que este seja diferenciado de outros, como relação social, vínculo, interação, etc. Igualmente encontramos com alguma frequência a distinção entre usos metafórico e normativo da análise de redes sociais, tornando-se um imperativo ir para além da metáfora e sustentar uma lógica de modelos explicativos das interações sociais dos atores envolvidos no sistema.

Tal como nos métodos de investigação tradicionais, a delimitação dos objetos de investigação é sempre uma tarefa complexa. Aqui há uma nota muito importante. Todos nós sabemos onde começa a rede, mas não sabemos até onde pode ir o conjunto de

interações do ator. Por esta razão, há uma necessidade meticulosa de delimitação da rede como estratégia de reduzir o grau de complexidade da delimitação.

Por último, a análise de redes sociais é uma abordagem privilegiada para compreender a existência de relações fortes entre os indivíduos, mapear a sua conectividade, coesão e densidade, bem como a frequência das interações, entre outras métricas, funcionando como uma radiografia analítica dos grupos, organizações ou atores individuais. Este formalismo (Forsé, 2002) é, inquestionavelmente, o maior contributo da análise de redes sociais para a descodificação da complexidade da estrutura social.

### **Referências bibliográficas**

- BARNES, John (1987), “Redes Sociais e Processo Político”, in B. Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Global, pp. 159-194.
- BERKOWITZ, David (1982), *An introduction to structural analysis*, Toronto, Butterworths.
- BLOOR, David (1976), *Knowledge and Social Imagery*, London, Routledge.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1979), “Network analysis: a reappraisal”, *Current Anthropology*, 20 (2), pp. 392-394.
- BURT, Ronald (1992), *Structural holes*, Cambridge, Harvard University Press.
- CALLON, Michel (1999), “Actor-network theory, the market test”, in J. Law and J. Hassard (eds.), *Actor-Network Theory and After*, London, Blackwell, pp. 181-195.
- CASTELLS, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- (2000), *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1, São Paulo, Paz e Terra.
- COLEMAN, James (1988); “Social capital in the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), pp. S95-S120.
- DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel (1994), *Les réseaux sociaux: une analyse structurale en sociologie*, Paris, Armand Colin.
- ELIAS, Norbert (1994), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- EMIRBAYER, Mustafa (1997), “Manifesto for a relational sociology”, *American Journal of Sociology*, 103 (2), pp. 281-317.
- FIALHO, Joaquim (2008), *Redes de cooperação interorganizacional. O caso das entidades formadoras do Alentejo Central*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Évora, Universidade de Évora.

- FLAP, Henk (1997), “The conflicting loyalties theory”, *L’Anee Sociologique*, 47 (1), pp. 183-215.
- FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (2004), *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*, Recife, Editora Universitária da UFPE.
- FORSÉ, Michel, (2002), “Les réseaux sociaux chez Simmel: les fondements d’un modèle individualiste et structural”, in L. Deroche-Gurcel et P. Watier (eds.), *La Sociologie de Georg Simmel* (1908), Paris, PUF, pp. 63-109.
- FORSÉ, Michel; LANGLOIS, Simon (1997), “Réseaux, structures et rationalité”, Présentation, *L’Année sociologique*, 47 (1), pp. 27-35.
- FRIEDKIN, Noah E. (1984), “Structural Cohesion and Equivalence Explanations of Social Homogeneity”, *Sociological Methods Research*, 12, pp. 235-261.
- GOFFMAN, Erving (2003), *Manicômios, Prisões e Conventos*, Brasil, Editora Perspectivas.
- GRANOVETTER, Mark (1973), “The strength of weak ties”, *The American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- HABERMAS, Jürgen (1981), *Theorie des kommunikativen Handelns*, vols. 1 e 2, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- KUHN, Thomas (1972), *The structure of scientific revolutions*, 2<sup>nd</sup> ed., Chicago, University of Chicago Press.
- LANGLOIS, Simon (1977), “Les réseaux personnels et la diffusion des informations sur les emplois”, *Recherches sociographiques*, XVIII (2), pp. 213-246.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*, Toronto, Oxford University Press.
- LAW, John (1994), *Organizing Modernity*, Oxford, Blackwell Publishers.
- (1999), “After ANT: complexity, naming and topology”, in J. Law and J. Hassard (eds.), *Actor-Network Theory and After*, Oxford, Blackwell, pp. 1-14.
- MARSDEN, Peter; LIN, Nan, (1982), *Social Structure and Network Analysis*, California, Sage Publications.
- MERCKLÉ, Pierre (2004), *Sociologie des réseaux sociaux*, Paris, La Découverte.
- MITCHELL, Clyde (1974), “Social networks”, *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-299, [Consult. a 15.06.2011]. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0084-6570%281974%292%3A3%3C279%3ASN%3E2.0.CO%3B2-Q>>.
- MOLINA, José Luis (2001), *El análisis de redes sociales. Una Introducción*, Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- NADEL, Siegfried (1957), *The Theory of Social Structure*, London, Cohen & West Ltd.
- PORTUGAL, Sílvia (2005), “Quem tem amigos tem saúde: o papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde”, in *Simpósio Família, Redes Sociais e Saúde*, Hamburgo, Instituto de Sociologia da Universidade de Hamburgo, abril 2005.

- (2007), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, Oficina do CES, n.º 271, [Consult. a 23.11.2011]. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>.
- RECUERO, Raquel (2006), “Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social”, *UNI revista*, 1 (3), [Consult. a 31.10.2011]. Disponível em: <[www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_daCunha.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_daCunha.PDF)>.
- REQUENA SANTOS, Felix (2003), *Análisis de redes sociales. Orígenes, teorías e aplicaciones*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- SILVA, Carlos; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José (coord.) (2013), *Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos Práticos e Procedimentos com Ucinet*, Casal de Cambra, Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas.
- SIMMEL, Georg (2002), *Cuestiones fundamentales de sociología*, Barcelona, Editorial Gedisa.
- VALENTE, Thomas (1995), *Network Models of the Diffusion of Innovation*, Cresskill, Hampton Press.
- VARANDA, Marta (2000), “A análise de redes sociais e sua aplicação ao estudo das organizações. Uma introdução”, *Organizações & Trabalho*, 23, pp. 87-106.
- (2005), “La réorganisation du petit commerce en centre-ville: L’échec d’une accion collective”, *Revue Française de Sociologie*, 46 (2), pp. 325-350.
- VON WIESE, Leopold (1932), *Systematic Sociology*, New York, Wiley.
- WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine (1998), *Social Networks analysis: methods and applications*, New York, Cambridge University Press.
- WATTS, Duncan J. (2003), *Six Degrees: The Science of a Connected Age*, London, Vintage.
- WELLMAN, Barry (1983), “Network analysis: some basic concepts”, in Barry Wellman (ed.), *Sociological Theory*, vol. 1, pp. 155-200.
- (1988), *Social Structures: a network approach*, New York, Cambridge University Press.
- WIPPLER, Reinhard, (1978), “The structural-individualistic approach in Dutch sociology”, *The Netherlands Journal of Sociology*, 14, pp. 135-155.

**Joaquim Fialho.** Doutorado em Sociologia, Professor Auxiliar Convidado na Escola de Ciências Sociais do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (Évora, Portugal), Tutor no Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta (Lisboa, Portugal) e Investigador do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Universidade de Évora, Largo dos Colegiais, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 7004-516 Évora, Portugal. *E-mail:* jfialho@uevora.pt.

Artigo recebido a 29 de abril de 2014. Publicação aprovada a 20 de outubro de 2014.